

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Antonia Keilany Lima ¹

RESUMO

Pensar políticas públicas para o cenário educacional no tocante a construção da Educação Básica, vai bem além de analisar as políticas educacionais vigentes, é nos debruçarmos sobre os fatores históricos, culturais e sócias que influenciaram sua construção. É entender como estas pensam o papel da sociedade, bem como o papel do professor neste cenário, então, analisando a importância desses diálogos, a presente pesquisa tem como tema: “As políticas públicas para a formação da Educação Básica no Brasil. Como objetivo geral analisamos as principais políticas públicas criadas para a formação da Educação Básica no Brasil. Como objetivos específicos buscamos analisar os caminhos que conduziram a formação do modelo curricular para a Educação Básica, compreender a relação da pedagogia tecnicista e os anseios governamentais, ponderar a importância da pedagogia libertadora para a transformação dos moldes da pedagogia tradicional e entender os anseios que desencadearam na formação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Como procedimento metodológico, nos valem da análise bibliográfica de dados, usando como suporte teórico autores como Dermerval Saviani (2010), Eliurde Elinia Rodrigues (2007), Apolliane Xavier Moreira dos Santos (2016), Alceu Antônio Filipaki (2010), entre outros. Acreditamos que este estudo contribuirá para posteriores estudo tento em vista a relevância de tal temática, bem como é de nosso desejo darmos prosseguimento a novos questionamentos que serão calçados nos que aqui foram solucionados.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Currículo, Educação Básica

INTRODUÇÃO

Compreendendo a importância do processo educacional e sua longa trajetória no tocante a sua construção e disponibilidade a toda a população brasileira, de maneira gratuita e com qualidade como é dos princípios que o norteia, buscamos entender o processo de construção da chamada educação básica a partir das principais políticas públicas criadas com o objetivo de reger o sistema educacional brasileiro, desta forma o presente estudo tem por temática “Políticas públicas para a formação da educação básica no Brasil”.

De maneira geral nosso objetivo através da presente pesquisa é analisar as principais políticas públicas criadas para a construção da educação básica no Brasil. De maneira específica buscamos analisar os caminhos que conduziram a formação do modelo curricular

¹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – Unifsa, keilanylima1@gmail.com



para a Educação Básica, compreender a relação da pedagogia tecnicista e os anseios governamentais, ponderar a importância da pedagogia libertadora para a transformação dos moldes da pedagogia tradicional e entender os anseios que desencadearam na formação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Partimos da análise bibliográfica e de dados para que assim pudéssemos nos apropriar de maneira mais consistente da temática em questão, analisando como as políticas públicas pensam a formação docente e como está foi se construindo ao longo das últimas décadas do século XX, buscamos também conhecer as principais políticas públicas criadas neste período analisando o objetivo destas e seus efeitos. Nos debruçamos também em autores que retratam o processo de construção do sistema educacional brasileiro a partir da atual constituição federal onde a gratuidade da educação é expandida e onde surge a base das Diretrizes Curriculares Nacionais e a construção do que englobaria a chamada Educação Básica.

Nos alicerçamos em autores como Eliurde Elinia Rodriguês (2007), Apolliane Xavier Moreira dos Santos (2016), Alceu Antônio Filipaki (2010) que conduzem a construção de uma perspectiva embasada nas políticas públicas para a formação da Educação Básica. Também nos debruçamos em argumentos de Demerval Saviane (2010), Paulo Freire (1974), bem como, nas Leis que regulamentam a Educação Básica e obviamente na Base Nacional Comum Curricular.

Inicialmente fizemos uma construção histórica temporal das políticas públicas para a formação da educação básica onde pudemos destacar as principais políticas criadas e traçar os caminhos que conduziram à real necessidade da construção da Base Nacional Comum Curricular –BNCC. Destacamos de maneira abrangente os efeitos da pedagogia tecnicista e do propósito político “desenvolvimentista” que residia neste modelo pedagógico e acerca da ponte de acesso pela busca pela efetivação da pedagogia libertadora e seus impactos nos anseios das forças administrativas do Brasil.

De maneira geral, afinal, a temática em questão é extremamente abrangente e heterogênea, destacamos a educação como o amparo/base do chamado estado democrático de direitos e por assim precisamos construir e fazer valer este direito fundamental, tanto para a real efetivação da cidadania como também para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. E, pensar dos ganhos construídos ao longo das últimas décadas na construção da Educação Básica ainda existem muitos desafios a serem vencidos, como a efetivação das políticas públicas já existentes, a valorização do profissional da educação e a construção de



possibilidades de uma formação coerente com a realidade prática assim como a facilitação da educação continuada, meio fundamental para a qualificação profissional.

METODOLOGIA

Compreender que as políticas públicas voltadas para o universo educacional é uma questão de suma importância, pois é a partir dessas que são desenhados o modelo normativo educacional do país, deste modo a temática em questão vem ganhando destaque nas discursões e reflexões nos centros acadêmicos, dentro dos espaços públicos e até mesmo pela sociedade em geral, afinal, o cenário educacional é fator essencial para a construção de uma real democracia e para a construção de uma sociedade igualitária.

Partido deste pressuposto, ou seja, entendendo a importância de analisar as políticas públicas educacionais que são bases de sustentação para a construção da educação básica brasileira é que buscamos promover o dado estudo. Então, a pesquisa em questão enquadra-se como exploratória tendo em vista que em primazia nós debruçamos sobre variadas fontes bibliográficas a fim de nos apropriarmos e nos familiarizamos com termos, conceitos e questões que formulam as políticas públicas voltadas para a construção da educação básica no país.

Segundo Selltiz (1965, p. 45) “a pesquisa exploratória é aquela que busca descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.” Como caracteriza marcante da pesquisa exploratória temos a abertura para expansão do entendimento de fatos e conceitos da temática pesquisada e assim possibilitar a apropriação de maior conhecimento de tal temática e construir desta forma passe para pesquisas posteriores, ou seja, a partir da pesquisa exploratória é possível formular novas hipóteses, surgir novas problemáticas e conseqüentemente abrir espaço para a novas pesquisas.

Quanto ao procedimento metodológico o dado estudo se alicerçou na busca e análise de literatura, sendo então classificada como Pesquisa Bibliográfica, pois construiu-se a partir de materiais já existentes como artigos científicos, livros, periódicos entre outros. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.



A pesquisa bibliográfica é por assim dizer o tipo de pesquisa que está presente dentro de todas as demais, pois mesmo que se desencadeia para outro campo tipológico de pesquisa todas elas devem partir do princípio da análise bibliográfica, é ela que fornece ao pesquisador matérias para uma construção basilar analítica da questão pesquisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil conquistou grandes avanços a partir da construção de uma Base Nacional Comum Curricular, porém ainda enfrentaremos um cenário com obstáculos e com grandes particularidades. Para compreendermos os caminhos que conduziram a criação da BNCC é de essencial importância analisarmos as principais políticas públicas educacionais criadas no Brasil para a formação da Educação Básica, e no dado estudo, por se tratar ainda de um estudo preliminar, estaremos destacando a Pedagogia Tecnicista e à Pedagogia Libertadora.

Analisando em primazia o cenário dos primeiros anos da década de 1970, vemos a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), neste contexto o professor possuía o papel prioritário de executar a efetivação sistemática e teórica das disciplinas que eram essenciais para a construção da chamada educação tecnicista, e isso acontecia devido a necessidade econômica e política do momento, pois o Brasil passava pelo chamado milagre econômico onde havia o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do país e o aumento no investimento da Indústria Nacional, desde modo vemos que as políticas educacionais nascidas neste período vinham como meio de sustentar a mão-de-obra necessária para o dito “ desenvolvimento” do Brasil. Não havia uma necessidade de formar uma massa crítica e pensante, mas sim, trabalhadores aptos a sustentar o “ para frente Brasil”.

Na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. (SAVIANE, 2010, p. 382).

De maneira geral todo o corpo escolar estava condicionado a formação padronizada e eficiente para o país, tanto professor quanto aluno eram percebidos como meros coadjuvantes no sistema educacional, existe um propósito e um objetivo que protagonizava os caminhos norteadores da educação brasileira, arriscamos destacar que os anseios de uma elite dominante ocupavam o lugar de destaque no palco da educação. A aprendizagem tinha um foco já



programado e o professor era obviamente aquele que construía os caminhos de acesso aos propósitos já estabelecidos. Pereira (2007, p. 16) destaca que o professor era um organizador de componentes do processo de ensino-aprendizagem que deveria ser rigorosamente planejada para garantir resultados instrucionais altamente eficazes e eficientes”.

A proposta tecnicista posicionava o professor de maneira mecânica e padronizada para que deste modo os frutos colhidos, ou seja, os alunos formados fossem bons profissionais para o mercado de trabalho. Esse modelo pedagógico possuía rígidos controles sistemáticos e reprodutivos onde os alunos eram instigados a serem passivos e apáticos, sem criticidade ou poder construtivo, e o professor o programador de conceitos e técnicas que automaticamente formava trabalhadores produtivos.

A tendência tecnicista firmou-se nos anos de 1970, alicerçada no princípio da otimização: racionalidade, eficiência e produtividade. Com sua organização racional e mecânica, visava corresponder aos interesses da sociedade industrial. A semelhança com o processo industrial não ocorre por acaso, pois tal proposição atinge seu apogeu nos anos 70, período de forte presença do autoritarismo do Estado e do regime militar. É nesse período que o espírito crítico e reflexivo é banido das escolas. (FILIPAKI, 2010, p. 4 e 5)

Hoje ao olharmos pelo retrovisor os moldes e desfecho da chamada pedagógica tecnicista conseguimos enxergar um modelo educacional que promovia desigualdade e sustentava a disparidade entre as classes sociais, porém dentro da conjuntura em que ela foi construída para muitos ela era vista como um meio que produzia avanços sociais e educacionais, já que seu objetivo principal era preparar para o mercado profissional e também pela utilização de recursos tecnológicos não usuais no período, quando assim um ar de modernidade e avanço.

Novo e renovado modelo de educação, que estava associado a uma concepção filosófica da construção de uma ideia democrática. Em que tinha como objetivo fundamentar uma educação baseada na experiência, no desenvolvimento científico e técnico. Com o dever de ser formadora de uma visão experimental. Assim ficaria para a escola a função de preparar o aluno para o mercado de trabalho, porém visando formar cidadãos mais democráticos. (BRASIL ESCOLA, 2018, p. 1)

Porém, destacamos que o modelo tecnicista representou um retrocesso na busca do despertar para a criticidade, para a disparidade entre as classes sociais, além de representar a burocratização das instituições e do processo de ensino, onde cada passo a ser aplicado pelo professor deveria ser seguido minuciosamente, tirando assim a liberdade do ensinar e do aprender.



O professor era apenas um reproduzidor de conhecimento e o aluno um mero receptor, esse modelo formativo começa a sofrer duras críticas já na segunda metade da década de 1970 e já nos primeiros anos da década seguinte busca-se formar um professor capaz de fazer surgir uma consciência crítica, um professor capaz não somente de aplicar conhecimentos a serem desenvolvidos mas também passa-se a pensar na formação do sujeito crítico capaz de intervir na sociedade, desenvolver novos conceitos, romper com paradigmas, criar e pensar criticamente acerca do que foi desenvolvido e essa transformação é simplesmente o reflexo os princípios da redemocratização do Brasil.

Assim, a formação burocrática e mecânica começava a dar lugar a um modelo de formação pautado no desenvolvimento do pensar crítico e do reconhecimento de si mesmo como agente social importante, onde o professor sintia-se livre e apto a intervir nas problemáticas e transformações da escola e do próprio sistema educacional. Surgia então a ideia de formar o docente como um sujeito político carregado de responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem e findar a formação de mero repassador de informação sistemática. Para Freire (1979) a educação é um meio de transformação social, sendo necessária não apenas para conhecer o mundo, mas também para transformá-lo.

Os anseios da sociedade geraram um impulso para a redemocratização política do país o que acarretou consigo mudanças que pouco a pouco foram ampliando e garantindo direitos sociais após mais de duas décadas de ditadura militar. Todos os setores da sociedade sofreram modificações, desde a imprensa que a pouco ia se desvinculando da censura que lhe era imposta até o setor educacional que diante do novo momento que emergia necessitava se adequar a ele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociedade em princípio de redemocratização se transformava e como tal necessitava de um novo modelo de educador, um modelo que se desvinculasse do padrão imposto anteriormente e que representasse a emancipação e liberdade das algemas e da poda sofrida na década anterior, esse novo educador seria o condutor das mudanças que a sociedade almejava e para tal deveria ter uma formação que o qualificasse a exercer tal função. É neste contexto que novas ideias de pensar educacional para políticas de formação docente torna-se destaque no meio educacional.



O saldo final da década de oitenta, na educação, pode ser contabilizado por muitos avanços em termos de reconhecimento da orientação democrática e da defesa de direitos a educação em relação a uma população alijada do processo educacional desde o início do século. Após várias tentativas de mudança marcadas por idas e vindas, no sentido de popularização e reconhecimento da educação, a formação de cidadãos é entendida como direito de todo o cidadão e não como um privilégio de poucos. (RODRIGUES, Eliude Elinia, 2007, p. 5).

Essa nova era de redemocratização foi cercada de discursões teóricas em busca de viabilizar o caminho mais adequado para a educação trilhar. Garantias educacionais precisavam ocupar artigos da nova Constituição que vinha a ser construída e dentro deste cenário ocorre em Goiânia no ano de 1986 a 4ª Conferência Brasileira de Educação realizada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped junto com a Associação Nacional de Educação – Ande e com o Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes onde além de discutir acerca dos novos horizontes que a educação deveria seguir para a formação de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária também debateu-se acerca dos meios garantiriam essa formação.

Dentre as ideias propostas e discutidas na 4ª Conferência Brasileira de Educação estavam a universalização do ensino básico e o Estado o grande responsável por garanti-la a cada cidadão brasileiro, com a responsabilidade de promover meios que viabiliza e garantisse o acesso de todos a educação. Essa conferência foi a grande responsável pelo debate acerca da educação e garantias na nova constituição, além de promover uma reflexão acerca dos privilégios das classes dominantes em face da grande massa dominada, que apesar de expor os privilégios que há muito foi dado a elite brasileira, suas ideias não eximia a participação das diferentes classes na formação da cultura e da ideia de sociedade brasileira.

Como destacamos anteriormente, os anos 1980 podem ser destacados como um período de grandes debates e discursões teóricas e somente nas décadas seguintes conseguimos perceber de maneira mais intensa os meios que, de maneira vagarosa, efetivaram reais transformações no âmbito educacional. Ao passo que vemos grandes avanços no pensar educacional, ou seja no campo teórico, também percebemos grandes dificuldades em efetiva-los, o que nos expõem ramificações da problemática em questão e uma delas está relacionada a formação docente, seja a formação inicial ou continuada, bem como a estrutura física e de materiais das instituições escolares e da abrangência destas.

As políticas públicas destinadas ao setor educacional precisavam reverberar na qualificação do professor já que ele também é protagonista neste cenário, assim como a própria visão e reconhecimento de sua identidade profissional, precisavam também



contemplar a garantia de uma educação gratuita e de qualidade a todos, o que já passava a ser um direito a ser garantido pelo Estado a partir da promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988.

Dentre os diversos fatores que fomentam a qualidade da educação no Brasil o processo de formação do docente é um dos que tem ganhando destaque nas últimas décadas, nada mais coerente, afinal, o professor necessita estar munido de preparo adequado para auxiliar na construção de uma educação de qualidade, este profissional é linha de frente no enfrentamento de barreiras e dificuldades no campo do ensino-aprendizagem, obviamente este não é o único fator que contribui para melhoria da qualidade da educação, mas com plena certeza é um dos pilares para tais ganhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do material tomado para estudo destacamos em primazia a importância de se pensar em políticas públicas voltadas ao setor educacional, afinal esse grupo de políticas públicas compõem as políticas sociais de nosso país e como tal tem efeitos massivos em toda a sociedade. Tendo em vista que, as políticas educacionais são mecanismos que possibilitam a construção de conhecimento, desenvolvimento, formação de valores, defesa de concepções, desenvolvimento de criticidade e entendimento do mundo em seu entorno e conseqüentemente a compreensão e o exercício da cidadania.

Ao partirmos da análise histórica dos passos que buscaram formar a base do que hoje é entendida como Educação Básica no Brasil, destacamos que esse processo foi extremamente dinâmico e entrelaçado a uma política predominantemente elitista, mudando seu viés de maneira mais consistente a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Lei educacional influenciada por ela, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), onde os princípios de educação gratuita e obrigatória para todos foi plenamente definido , além de pensar na buscar por possibilitar equidade de direitos tanto para o acesso à escola como também para a sua permanência.

Em toda essa dinâmica construtiva o modelo de educação do que se espera da educação básica esteve envolvido com a dinâmica política do país, como à exemplo da educação tecnicista, assim como também com recebeu influência da própria formação social do país e de suas raízes históricas, sendo necessário assim a criação de políticas públicas educacionais que conseguissem englobar e buscar solucionar as necessidades educacionais do



país, bem como minimizar as lacunas criadas pelas tentativas anteriores. É neste cenário que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC é pensada, é desenvolvida, a BNCC surge com o desafiador propósito de promover igualdade educacional, igualdade no desenvolvimento de competências e habilidades específicas de cada ano.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por todo seu amor e bondade sobre a minha vida. Sei bem que Sua força e Seu zelo me fizeram forte e geraram determinação em mim.

Agradeço a minha querida mãe, Rita Veras, por sempre confiar e acreditar em mim, até mesmo quando eu não acredito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Regulamenta a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Acesso em: 7 de agosto de 2020.

BRASIL ESCOLA. **Nilismo e a pedagogia tecnicista**. 2018,p. 1. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/niilismo-pedagogia_tecnicista_.htm.
Acessa em 20/09/2020

BRASIL. **Resolução Nº 2**, 1º de julho de 2015/ CP nº 2/ 2015. - Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para formação continuada. Brasília: MEC, 2015.

ARNEVALLI, José Antonio. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para a realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil**. São Paulo, 2016.

CARNEVALI, José Antônio. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo SURVEY sobre a aplicação do QFD no Brasil**. 2016.



CHENET, Neoclesia. OLIVEIRA, Valeska Fortes de Oliveira. **A formação docente no olhar de gerações de professores.** 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios.** 2015.

FILIPAKI, Alceu Antonio. **A transição entre o modelo tecnicista e o modelo humanista, consideras práticas educativas em escola profissionalizante.** Vol. 1 O professor PDE e os desafios da escola pública paraense.2010.

HAMELINE, Daniel. **O educador e a ação sensata.** 1999, p. 27.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394.** 1996. Disponível em: Acesso em outubro de 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo, 2001 Atlas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Conselho Nacional de Educação – CNE,** 2019, p. 12 e 13.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTUR. **Perguntas frequentes ProInfantil.** 2018, p.1.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfantil/perguntas-frequentes#:~:text=PROINFANTIL%20%C3%A9%20um%20curso%20a,96%2C%20em%20seu%20artigo%2062>. Acesso: 10/09/2020.

NOZAKI, Joice Mayumi. FERREIRA, Lilian Aparecida. HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França. **Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física.** 2005, p. 3.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães. LEIRO, Augusto César Rios. **Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco.** 2017. Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072019000100508 . Acesso em 26 de julho de 2020.

RODRIGUES, Eliurde Elinia. **Década de 80 I congresso mineiro de educação construindo novas regras para o jogo educacional.** História da Formação docente no Brasil/ relatos. 2007.



SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. RODRIGUES, Luana de Cássia Martins. **Profissão docente no Brasil: impasses e políticas públicas**. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965